


<div><div></div><div>TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA DIVISÃO DE AUDITORIA DE PROGRAMAS E DE RECURSOS EXTERNOS</div></div>		Matriz de Planejamento		Processo: 00600-00005435/2023-77					
Objeto do Trabalho: Auditoria Operacional no Plano Distrital de Políticas para Mulheres - Eixos Trabalho e Educação, para subsidiar a análise de Contas Anuais do Governo referentes ao exercício de 2023.									
Objetivo Geral: Avaliação da implementação do II PDPM, quanto aos eixos "trabalho" e "educação"									
QA 1: Em que medida o GDF se estruturou para a implementação do II PDPM?									
Ref	Itens de Verificação	Detalhamento					Encarregado(s)	Dias úteis	
1.1	Governança na parte gerencial do Plano	<b>Critério</b>	<b>Informações requeridas</b>	<b>Fontes</b>	<b>Procedimentos</b>			- Cibele De Oliveira Lemos - Fabrício Bianco Abreu - Larissa Vieira Silva - Marcelo Magalhães Silva De Sousa	10
		1.1.1 Existência de um órgão central que acompanhe/monitore a implementação de políticas intersetoriais, tais como o II PDPM, a fim de garantir as boas práticas de governança pública estabelecidas no Decreto nº 39.736/2019.	1. Documentos comprobatórios tais como atas, ofícios, legislação, etc. evidenciando a existência de órgão central responsável por acompanhar e monitorar a execução das políticas públicas intersetoriais, especialmente quanto ao II PDPM;	• Casa Civil (1)	<b>Descrição dos Procedimentos</b>	<b>Técnica</b>	<b>Limitação</b>		
					1.1.1.1 exame sobre a existência e a atuação de órgão central de avaliação e monitoramento quanto às políticas intersetoriais, sobretudo sua atuação quanto às políticas do II PDPM. (1)	• Exame/análise documental • Requisição formal de documentos	Ausência de respostas no tempo estipulado.		
1.2	Estruturação da SMDF	<b>Critério</b>	<b>Informações requeridas</b>	<b>Fontes</b>	<b>Procedimentos</b>			- Cibele De Oliveira Lemos - Fabrício Bianco Abreu - Larissa Vieira Silva - Marcelo Magalhães Silva De Sousa	10
		1.2.1 SMDF deve ter estrutura de governança e gestão adequada para implementação do PDPM, mediante: a) disponibilização de recursos (orçamentários, humanos, infraestrutura) da SMDF b) planejamento para execução das ações e definição de responsabilidades; c) articulação e estabelecimento de agendas comuns entre as secretarias responsáveis pelas ações; d) gestores e profissionais capacitados para atender ao público-alvo; e) equidade na distribuição territorial dos equipamentos para atender as mulheres de todas as regiões administrativas nos programas ofertados. f) utilização de recursos tecnológicos (sistema informatizado) para auxiliar na execução, no acompanhamento e monitoramento das ações.	1. programas de trabalho e recursos orçamentários autorizados empenhados e liquidados em 2022 e 2023 relativos às ações voltadas para a implemetação do II PDPM, bem como demais ações planejadas para promoção das mulheres em relação ao mercado de trabalho; 2. recursos humanos disponíveis de 2022 a junho de 2023, bem como a infraestrutura física disponível; 3. Planos de ação desenvolvidos em parceria com a Sedet; 4. ofícios, processos ou outros documentos encaminhados à órgãos públicos ou privados, entre 2022 e junho de 2023, juntamente com as respostas obtidas, acerca da articulação entre a pastas. 5. reuniões, oficinas e capacitações associadas ao eixo, realizadas no âmbito da SMDF, para gestores e demais profissionais no atendimento às mulheres, de 2022 a junho de 2023. 6. cobertura territorial dos equipamentos da SMDF	• SMDF (1, 2, 3, 4, 5, 6)	<b>Descrição dos Procedimentos</b>	<b>Técnica</b>	<b>Limitação</b>		
					1.2.1.1 envio de Nota de auditoria à SMDF (1, 2, 3, 4, 5, 6)	• Requisição formal de documentos			
					1.2.1.2 análise das informações requeridas nos itens "a" e "b" com o objetivo de verificar se os recursos orçamentários, humanos e de infraestrutura destinados às ações de promoção da mulher são suficientes para garantir a execução das ações (comparação histórica dos dados). (1, 2)	• Exame/análise documental	Ausência de respostas no tempo estipulado.		
					1.2.1.3 pesquisa ao sistema SIGGO referente aos recursos orçamentários destinados à promoção das mulheres (comparação histórica dos dados); (1)	• Exame/análise documental			
					1.2.1.4 análise da informação requerida no item "c" com o objetivo de verificar se foi estabelecido plano de ação em parceria com a Sedet e seu funcionamento; (3)	• Exame/análise documental	Ausência de respostas no tempo estipulado.		
					1.2.1.5 análise da informação requerida no item "d" com o objetivo de verificar a existência de implementação de ações conjuntas com outros atores públicos ou privados visando a promoção de mulheres no mercado de trabalho; (4)	• Exame/análise documental	Ausência de respostas no tempo estipulado.		
					1.2.1.6 análise da informação requerida no item "e" com o objetivo de verificar a realização de capacitação para os gestores e demais profissionais que atendem as mulheres (comparação histórica dos dados); (5)	• Exame/análise documental	Ausência de respostas no tempo estipulado.		
					1.2.1.7 análise da informação requerida no item "f" com o objetivo de verificar se as ações do Plano podem ser acessadas de forma equânime pelas mulheres de todas as regiões administrativas do DF. (6)	• Exame/análise documental	Ausência de respostas no tempo estipulado.		
1.3	Desenho/projeto das metas	<b>Critério</b>	<b>Informações requeridas</b>	<b>Fontes</b>	<b>Procedimentos</b>			- Cibele De Oliveira Lemos - Fabrício Bianco Abreu - Larissa Vieira Silva - Marcelo Magalhães Silva De Sousa	10
		1.3.1 As metas devem ser específicas, mensuráveis, atingíveis, realistas e temporáveis, elaboradas de forma clara e objetiva, incluindo: a1) o estabelecimento de métricas intermediárias e finais quantificáveis, bem como de linha de base dos indicadores; a2) atribuição de indicador que mensure o objetivo quantificável para a meta; a3) processo de planejamento da meta após dignóstico da situação atual e identificação da situação desejada, alinhada com a capacidade operacional dos atores responsáveis.	1. processo de elaboração e desenvolvimento das metas do II PDPM em relação aos eixos 1 e 2. 2. processos SEI a respeito da implementação de políticas públicas para mulheres. 3. atas das reuniões realizadas pelo comitê responsável pela elaboração do plano. 4. detalhamento sobre as metas em outros documentos (indicadores de cada meta e suas respectivas formas de cálculo).	• SMDF (1, 2, 3, 4)	<b>Descrição dos Procedimentos</b>	<b>Técnica</b>	<b>Limitação</b>		
					1.3.1.1 análise da qualidade das metas constantes do II PDPM. (1, 4)	• Exame/análise documental • Requisição formal de documentos	Dificuldade de identificação dos atores responsáveis		
					1.3.1.2 análise das informações constantes nos processos, atas e outros documentos com o objetivo de verificar os responsáveis, a metodologia e os critérios utilizados para o estabelecimento das metas do II PDPM, bem como os respectivos indicadores para sua aferição. (1, 2, 3, 4)	• Exame/análise documental • Requisição formal de documentos • Revisão analítica	Dificuldade de identificação dos atores responsáveis		
					1.3.1.3 entrevistas com atores responsáveis pela elaboração do II PDPM com vistas a conhecer o fluxo do processo de elaboração. (1)	• Entrevista	Dificuldade de identificação dos atores responsáveis		

Ref	Itens de Verificação	Detalhamento						Encarregado(s)	Dias úteis
2.1	Realização das ações relativas ao eixo 1 (trabalho)	<b>Critério</b>	<b>Informações requeridas</b>	<b>Fontes</b>	<b>Procedimentos</b>				
					<b>Descrição dos Procedimentos</b>	<b>Técnica</b>	<b>Limitação</b>		
					2.1.1.1 a) envio de Nota de auditoria à SMDF solicitando as informações requeridas no item "a" e análise da informação recebida com o objetivo de verificar em que medida o plano de ação da SEMP foi elaborado e implementado; (1)	• Exame/análise documental • Requisição formal de documentos	Ausência de respostas no tempo estipulado.		
					2.1.1.2 b) envio de Nota de auditoria à SMDF solicitando as informações requeridas no item "b" e análise da informação recebida com o objetivo de verificar em que medida o fluxo foi estabelecido; (2)	• Exame/análise documental • Requisição formal de documentos	Ausência de respostas no tempo estipulado.		
					2.1.1.3 c) envio de Nota de auditoria à SMDF solicitando as informações requeridas no item "c" e análise da informação recebida com o objetivo de verificar em que medida houve a formalização de parcerias para inserção no mercado de trabalho formal das mulheres atendidas nos equipamentos da SMDF; (3)	• Exame/análise documental • Requisição formal de documentos	Ausência de respostas no tempo estipulado.		
					2.1.1.4 d) envio de Nota de auditoria à SMDF solicitando as informações requeridas no item "e" e análise da informação recebida com o objetivo de verificar a evolução da oferta de oficinas e cursos no âmbito do Programa OPORTUNIDADE MULHER; (5)	• Exame/análise documental • Requisição formal de documentos	Ausência de respostas no tempo estipulado.		
					2.1.1.5 e) envio de Nota de auditoria à SMDF solicitando as informações requeridas no item "f" e análise da informação recebida com o objetivo de verificar a evolução da oferta de oficinas e cursos no Espaço Empreende Mais Mulher; (6)	• Exame/análise documental • Requisição formal de documentos	Ausência de respostas no tempo estipulado.		
					2.1.1.6 f) envio de Nota de auditoria à SMDF solicitando as informações requeridas no item "g" e análise da informação recebida com o objetivo de verificar a implementação do projeto de capacitação "Mulheres Hipercriativas"; (7)	• Exame/análise documental • Requisição formal de documentos	Ausência de respostas no tempo estipulado.		
					2.1.1.7 g) envio de Nota de auditoria à SMDF solicitando as informações requeridas no item "h" e análise da informação recebida com o objetivo de verificar em que medida houve a ampliação da REDE SOU MAIS MULHER; (8)	• Exame/análise documental • Requisição formal de documentos	Ausência de respostas no tempo estipulado.		
					2.1.1.8 h) envio de Nota de auditoria à SMDF solicitando as informações requeridas no item "i" e análise da informação recebida com o objetivo de verificar o estabelecimento de parcerias para a realização de feiras nas RA's do DF; (9)	• Exame/análise documental • Requisição formal de documentos	Ausência de respostas no tempo estipulado.		
					2.1.1.9 i) envio de Nota de auditoria à SMDF solicitando as informações requeridas no item "j" e análise da informação recebida com o objetivo de verificar se foi implantado projeto de geração de renda, mediante a formalização de parcerias para espaços colaborativos; (10)	• Exame/análise documental • Requisição formal de documentos	Ausência de respostas no tempo estipulado.		
					2.1.1.10 j) envio de Nota de auditoria à SEMP solicitando a informação requerida no item "a" com vistas a verificar em que medida o plano de ação da SEMP foi elaborado e implementado; (1)	• Exame/análise documental • Requisição formal de documentos	Ausência de respostas no tempo estipulado.		
					2.1.1.11 k) envio de Nota de auditoria à SEDET solicitando a informação requerida no item "d" com vistas a verificar a disponibilização do projeto PROSPERA MULHER. (4)	• Exame/análise documental • Requisição formal de documentos	Ausência de respostas no tempo estipulado.		
					2.1.1.12 l) envio de Nota de auditoria à SMDF, SEMP e Sedet solicitando a informação do item "k" com vistas a verificar outras ações que, embora não constassem no II PDPM, colaboraram para promoção das mulheres. (11)	• Exame/análise documental • Requisição formal de documentos	Ausência de respostas no tempo estipulado.		

- Cibele De Oliveira Lemos  
- Fabrício Bianco Abreu  
- Larissa Vieira Silva  
- Marcelo Magalhães Silva De Sousa

10

2.2 Realização das ações relativas ao eixo 2 (educação)	<b>Critério</b>	1. a) evidências sobre a institucionalização e implantação de um programa de desenvolvimento e capacitação em igualdade de gênero pela SMDF; 2. b) documentos comprobatórios sobre a elaboração e a implantação do Projeto de Inserção de Meninas nas Ciências e nas Áreas Tecnológicas - SECTI; 3. c1) Resultado do mapeamento das escolas situadas em regiões nas quais ocorre maior violações de direitos, 4. c2) Currículo em movimento 2020/2023; 5. c3) Planos pedagógicos das escolas selecionadas a partir da análise dos itens 6. d) Demanda manifesta de ensino público, junto a cada regional de ensino, para filhos de mulheres em situação de violência doméstica e o resultado do seu atendimento, segregado por mês, de janeiro de 2022 a junho de 2023; 7. e) EJAs com oferta educacional pela manhã, tarde e noite; 8. f) processo de matrículas em educação profissionalizante e evolução da quantidade de alunos matriculados, segregados por gênero; 9. g) relação de escolas contempladas no projeto Maria da Penha vai às escolas em 2022 e 2023; 10. h1) Planos de ação desenvolvidos e parcerias implementadas com outros órgãos como TJ, MP, SEJUS, SES e outros, bem como termos ou acordo de cooperação existentes. 11. h2) ofícios, processos ou outros documentos encaminhados à órgãos públicos ou privados, entre 2022 e junho de 2023, juntamente com as respostas obtidas, acerca da implementação de ações conjuntas para a promoção da educação das mulheres; 12. i1) evidências da divulgação por meio de materiais didáticos e campanhas sensibilizadoras para os profissionais da educação e comunidade escolar das políticas públicas acerca dos direitos das meninas e mulheres; 13. i2) reuniões, oficinas e capacitações realizadas no âmbito da SEE, para gestores e demais profissionais, de 2022 a junho de 2023, para disseminar o PDPM, bem como preparar os profissionais para atendimento desse grupo; 14. j) quantidade discriminada por gênero dos alunos matriculados em cursos oferecidos por meio do PRONATEC em 2022 e 2023. 15. k) Evolução da oferta de educação infantil para crianças de 0 a 3 anos entre os anos de 2019 a 2023; 16. l) demais ações realizadas para fomentar a política de educação para as mulheres.	<b>Fontes</b>	<b>Procedimentos</b>		
				<b>Descrição dos Procedimentos</b>		
				<b>Técnica</b>		
				<b>Limitação</b>		
				2.2.1.1 a) envio de Nota de auditoria à SMDF solicitando a informação do item "a" e análise da informação recebida com vistas a verificar em que medida a ação foi institucionalizada e implantada; (1)	• Exame/análise documental • Requisição formal de documentos	Ausência de respostas no tempo estipulado.
				2.2.1.2 b) envio de Nota de auditoria à SECTI solicitando a informação do item "b" e análise da informação recebida com vistas a verificar em que medida oProjeto de Inserção de Meninas nas Ciências e nas Áreas Tecnológicas - SECTI foi elaborado e implantado. (2)	• Exame/análise documental • Requisição formal de documentos	Ausência de respostas no tempo estipulado.
				2.2.1.3 c) envio de Nota de auditoria à SUBIN da SEE solicitando a informação dos itens "c1", amostragem de escolas nas quais ocorrem mais violação de direitos, requisição do Projeto Pedagógico Escolar das escolas amostradas (c3) e verificação da inclusão das questões de gênero no currículo escolar. (3, 4, 5)	• Exame/análise documental • Requisição formal de documentos	Ausência de respostas no tempo estipulado.
				2.2.1.4 d) envio de Nota de auditoria à SUBEB da SEE solicitando as informações dos itens "d", "e" e "f" e análise das informações recebidas com vistas a verificarem que medida a oferta no ensino público para dependentes de mulheres em situação de violência doméstica foi ampliada e se o acesso de mulheres à EJA e à Educação Profissionalizante foi ampliado. (6, 7, 8)	• Exame/análise documental • Requisição formal de documentos • Revisão analítica	Ausência de respostas no tempo estipulado.
				2.2.1.5 e) envio de Nota de auditoria à SEE solicitando as informações requeridas dos itens "g" e "h" e análise das informações recebidas com vistas a verificar em que medida estão sendo realizadas as palestras do Maria da Penha vai à escola e formalizadas parcerias para fomentar a educação para os direitos humanos. (9, 10, 11)	• Exame/análise documental • Requisição formal de documentos • Revisão analítica	Ausência de respostas no tempo estipulado.
				2.2.1.6 f) envio de Nota de auditoria à EAPE da SEE solicitando a informação dos item "i1" e "i2" e análise da informação recebida com vistas a verificar em que medida as políticas acerca dos direitos das meninas e das mulheres foram divulgadas; (12, 13)	• Exame/análise documental • Requisição formal de documentos	Ausência de respostas no tempo estipulado.
2.2.1.8 h) envio de Nota de auditoria à SUBEB da SEE solicitando a informação do item "k" e análise da informação recebida com vistas a verificar se foram construídas e implantadas novas unidades escolares e se houve a ampliação da oferta de vagas da Educação Infantil em creches por meio de instituições parceiras; (15)	• Exame/análise documental • Requisição formal de documentos	Ausência de respostas no tempo estipulado.				
2.2.1.9 i) envio de Nota de auditoria à SEE, SECTI e SMDF solicitando a informação do item "l" com vistas a verificar outras ações que, embora não constassem no II PDPM, colaboraram para promoção da educação das mulheres. (16)	• Exame/análise documental • Requisição formal de documentos	Ausência de respostas no tempo estipulado.				

- Cibele De Oliveira Lemos  
- Fabrício Bianco Abreu  
- Larissa Vieira Silva  
- Marcelo Magalhães Silva De Sousa

10

2.3	Atuação do Comitê de Articulação e Monitoramento.	<table><tr><th>Critério</th><th>Informações requeridas</th><th>Fontes</th><th>Procedimentos</th></tr><tr><td>2.3.1 a) O Comitê de Articulação e Monitoramento do II PDPM deve, em conjunto as outras pastas temáticas: (Decreto 42.590/2021, art.5º) I - articular, apoiar, incentivar e subsidiar tecnicamente a implementação do II PDPM; II - estabelecer a metodologia de monitoramento do II PDPM; III - acompanhar, monitorar e avaliar as atividades de implementação do II PDPM; IV - promover a difusão do II PDPM junto a órgãos e entidades governamentais e não governamentais; V - efetuar ajustes de objetivos, ações e metas do II PDPM; VI - elaborar relatório anual de acompanhamento das ações do II PDPM, e VII - Criar as condições necessárias para a elaboração do III Plano Distrital de Políticas para as Mulheres, com escopo de garantir a continuidade e o aprimoramento das ações estipuladas no II PDPM. VIII - Promover a participação e o controle social no processo de implementação, monitoramento e avaliação do II PDPM; IX - Fortalecer a Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal para a articulação, implementação e aprimoramento do II PDPM.</td><td>1. a) atas das reuniões do Comitê de Articulação e Monitoramento do II PDMP no período de 2021/2023; 2. b) relatório anual de acompanhamento das ações do II PDPM no período de 2021/2023; 3. c) demais documentos comprobatórios referente à atuação do Comitê. 4. d) relação com os nomes dos representantes indicados pelos órgãos integrantes do Comitê;</td><td><ul style="list-style-type: none"><li>• SMDF (1, 2, 3, 4)</li><li>• Comitê de Articulação e Monitoramento (1, 2, 3, 4)</li></ul></td><td><table><tr><th>Descrição dos Procedimentos</th><th>Técnica</th><th>Limitação</th></tr><tr><td>2.3.1.1 a) envio de Nota de auditoria ao Comitê de Articulação e Monitoramento e à SMDF solicitando a informação dos itens "a" e "b". (1, 2)</td><td><ul style="list-style-type: none"><li>• Requisição formal de documentos</li></ul></td><td>Ausência de respostas no tempo estipulado.</td></tr><tr><td>2.3.1.2 b) envio de Nota de auditoria ao Comitê de Articulação e Monitoramento solicitando as informações requeridas nos itens "c" e "d"; (3, 4)</td><td><ul style="list-style-type: none"><li>• Requisição formal de documentos</li></ul></td><td>Ausência de respostas no tempo estipulado.</td></tr><tr><td>2.3.1.3 c) análise dos documentos recebidos com o objetivo de verificar a composição do Conselho, a frequência das reuniões, as deliberações e o efetivo monitoramento das ações. (1, 2, 3, 4)</td><td><ul style="list-style-type: none"><li>• Exame/análise documental</li></ul></td><td>Ausência de respostas no tempo estipulado.</td></tr></table></td></tr></table>	Critério	Informações requeridas	Fontes	Procedimentos	2.3.1 a) O Comitê de Articulação e Monitoramento do II PDPM deve, em conjunto as outras pastas temáticas: (Decreto 42.590/2021, art.5º) I - articular, apoiar, incentivar e subsidiar tecnicamente a implementação do II PDPM; II - estabelecer a metodologia de monitoramento do II PDPM; III - acompanhar, monitorar e avaliar as atividades de implementação do II PDPM; IV - promover a difusão do II PDPM junto a órgãos e entidades governamentais e não governamentais; V - efetuar ajustes de objetivos, ações e metas do II PDPM; VI - elaborar relatório anual de acompanhamento das ações do II PDPM, e VII - Criar as condições necessárias para a elaboração do III Plano Distrital de Políticas para as Mulheres, com escopo de garantir a continuidade e o aprimoramento das ações estipuladas no II PDPM. VIII - Promover a participação e o controle social no processo de implementação, monitoramento e avaliação do II PDPM; IX - Fortalecer a Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal para a articulação, implementação e aprimoramento do II PDPM.	1. a) atas das reuniões do Comitê de Articulação e Monitoramento do II PDMP no período de 2021/2023; 2. b) relatório anual de acompanhamento das ações do II PDPM no período de 2021/2023; 3. c) demais documentos comprobatórios referente à atuação do Comitê. 4. d) relação com os nomes dos representantes indicados pelos órgãos integrantes do Comitê;	<ul style="list-style-type: none"><li>• SMDF (1, 2, 3, 4)</li><li>• Comitê de Articulação e Monitoramento (1, 2, 3, 4)</li></ul>	<table><tr><th>Descrição dos Procedimentos</th><th>Técnica</th><th>Limitação</th></tr><tr><td>2.3.1.1 a) envio de Nota de auditoria ao Comitê de Articulação e Monitoramento e à SMDF solicitando a informação dos itens "a" e "b". (1, 2)</td><td><ul style="list-style-type: none"><li>• Requisição formal de documentos</li></ul></td><td>Ausência de respostas no tempo estipulado.</td></tr><tr><td>2.3.1.2 b) envio de Nota de auditoria ao Comitê de Articulação e Monitoramento solicitando as informações requeridas nos itens "c" e "d"; (3, 4)</td><td><ul style="list-style-type: none"><li>• Requisição formal de documentos</li></ul></td><td>Ausência de respostas no tempo estipulado.</td></tr><tr><td>2.3.1.3 c) análise dos documentos recebidos com o objetivo de verificar a composição do Conselho, a frequência das reuniões, as deliberações e o efetivo monitoramento das ações. (1, 2, 3, 4)</td><td><ul style="list-style-type: none"><li>• Exame/análise documental</li></ul></td><td>Ausência de respostas no tempo estipulado.</td></tr></table>	Descrição dos Procedimentos	Técnica	Limitação	2.3.1.1 a) envio de Nota de auditoria ao Comitê de Articulação e Monitoramento e à SMDF solicitando a informação dos itens "a" e "b". (1, 2)	<ul style="list-style-type: none"><li>• Requisição formal de documentos</li></ul>	Ausência de respostas no tempo estipulado.	2.3.1.2 b) envio de Nota de auditoria ao Comitê de Articulação e Monitoramento solicitando as informações requeridas nos itens "c" e "d"; (3, 4)	<ul style="list-style-type: none"><li>• Requisição formal de documentos</li></ul>	Ausência de respostas no tempo estipulado.	2.3.1.3 c) análise dos documentos recebidos com o objetivo de verificar a composição do Conselho, a frequência das reuniões, as deliberações e o efetivo monitoramento das ações. (1, 2, 3, 4)	<ul style="list-style-type: none"><li>• Exame/análise documental</li></ul>	Ausência de respostas no tempo estipulado.	- Cibele De Oliveira Lemos - Fabrício Bianco Abreu - Larissa Vieira Silva - Marcelo Magalhães Silva De Sousa	10						
Critério	Informações requeridas	Fontes	Procedimentos																											
2.3.1 a) O Comitê de Articulação e Monitoramento do II PDPM deve, em conjunto as outras pastas temáticas: (Decreto 42.590/2021, art.5º) I - articular, apoiar, incentivar e subsidiar tecnicamente a implementação do II PDPM; II - estabelecer a metodologia de monitoramento do II PDPM; III - acompanhar, monitorar e avaliar as atividades de implementação do II PDPM; IV - promover a difusão do II PDPM junto a órgãos e entidades governamentais e não governamentais; V - efetuar ajustes de objetivos, ações e metas do II PDPM; VI - elaborar relatório anual de acompanhamento das ações do II PDPM, e VII - Criar as condições necessárias para a elaboração do III Plano Distrital de Políticas para as Mulheres, com escopo de garantir a continuidade e o aprimoramento das ações estipuladas no II PDPM. VIII - Promover a participação e o controle social no processo de implementação, monitoramento e avaliação do II PDPM; IX - Fortalecer a Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal para a articulação, implementação e aprimoramento do II PDPM.	1. a) atas das reuniões do Comitê de Articulação e Monitoramento do II PDMP no período de 2021/2023; 2. b) relatório anual de acompanhamento das ações do II PDPM no período de 2021/2023; 3. c) demais documentos comprobatórios referente à atuação do Comitê. 4. d) relação com os nomes dos representantes indicados pelos órgãos integrantes do Comitê;	<ul style="list-style-type: none"><li>• SMDF (1, 2, 3, 4)</li><li>• Comitê de Articulação e Monitoramento (1, 2, 3, 4)</li></ul>	<table><tr><th>Descrição dos Procedimentos</th><th>Técnica</th><th>Limitação</th></tr><tr><td>2.3.1.1 a) envio de Nota de auditoria ao Comitê de Articulação e Monitoramento e à SMDF solicitando a informação dos itens "a" e "b". (1, 2)</td><td><ul style="list-style-type: none"><li>• Requisição formal de documentos</li></ul></td><td>Ausência de respostas no tempo estipulado.</td></tr><tr><td>2.3.1.2 b) envio de Nota de auditoria ao Comitê de Articulação e Monitoramento solicitando as informações requeridas nos itens "c" e "d"; (3, 4)</td><td><ul style="list-style-type: none"><li>• Requisição formal de documentos</li></ul></td><td>Ausência de respostas no tempo estipulado.</td></tr><tr><td>2.3.1.3 c) análise dos documentos recebidos com o objetivo de verificar a composição do Conselho, a frequência das reuniões, as deliberações e o efetivo monitoramento das ações. (1, 2, 3, 4)</td><td><ul style="list-style-type: none"><li>• Exame/análise documental</li></ul></td><td>Ausência de respostas no tempo estipulado.</td></tr></table>	Descrição dos Procedimentos	Técnica	Limitação	2.3.1.1 a) envio de Nota de auditoria ao Comitê de Articulação e Monitoramento e à SMDF solicitando a informação dos itens "a" e "b". (1, 2)	<ul style="list-style-type: none"><li>• Requisição formal de documentos</li></ul>	Ausência de respostas no tempo estipulado.	2.3.1.2 b) envio de Nota de auditoria ao Comitê de Articulação e Monitoramento solicitando as informações requeridas nos itens "c" e "d"; (3, 4)	<ul style="list-style-type: none"><li>• Requisição formal de documentos</li></ul>	Ausência de respostas no tempo estipulado.	2.3.1.3 c) análise dos documentos recebidos com o objetivo de verificar a composição do Conselho, a frequência das reuniões, as deliberações e o efetivo monitoramento das ações. (1, 2, 3, 4)	<ul style="list-style-type: none"><li>• Exame/análise documental</li></ul>	Ausência de respostas no tempo estipulado.															
Descrição dos Procedimentos	Técnica	Limitação																												
2.3.1.1 a) envio de Nota de auditoria ao Comitê de Articulação e Monitoramento e à SMDF solicitando a informação dos itens "a" e "b". (1, 2)	<ul style="list-style-type: none"><li>• Requisição formal de documentos</li></ul>	Ausência de respostas no tempo estipulado.																												
2.3.1.2 b) envio de Nota de auditoria ao Comitê de Articulação e Monitoramento solicitando as informações requeridas nos itens "c" e "d"; (3, 4)	<ul style="list-style-type: none"><li>• Requisição formal de documentos</li></ul>	Ausência de respostas no tempo estipulado.																												
2.3.1.3 c) análise dos documentos recebidos com o objetivo de verificar a composição do Conselho, a frequência das reuniões, as deliberações e o efetivo monitoramento das ações. (1, 2, 3, 4)	<ul style="list-style-type: none"><li>• Exame/análise documental</li></ul>	Ausência de respostas no tempo estipulado.																												
2.4	Monitoramento da política pública	<table><tr><th>Critério</th><th>Informações requeridas</th><th>Fontes</th><th>Procedimentos</th></tr><tr><td>2.4.1 a) As pastas setoriais devem monitorar suas ações com finalidade de acompanhar o desempenho da política, promovendo os ajustes necessários e considerando-os na priorização da destinação dos recursos orçamentários. b) Utilização de recursos tecnológicos para auxiliar na execução, no acompanhamento e monitoramento das ações.</td><td>1. a) sistemática de monitoramento e avaliação da política pública e demais ações desenvolvidas pelos órgãos, de forma a controlar os resultados esperados; 2. b) documentos comprobatórios referente à realização de monitoramento das ações pela pasta setorial responsável; 3. c) sistemas utilizados para acompanhamento e monitoramento das ações.</td><td><ul style="list-style-type: none"><li>• Casa Civil (1, 2, 3)</li><li>• SECTI (1, 2, 3)</li><li>• SEDET (1, 2, 3)</li><li>• SEE (1, 2, 3)</li><li>• SEMP (1, 2, 3)</li><li>• SMDF (1, 2, 3)</li></ul></td><td><table><tr><th>Descrição dos Procedimentos</th><th>Técnica</th><th>Limitação</th></tr><tr><td>2.4.1.1 a) envio de Nota de auditoria à SMDF, SEE, SECTI, SEMP e Sedet solicitando as informações dos itens "a" e "b" e análise das informações recebidas com vistas a verificar a adequação da sistemática de monitoramento e avaliação, de modo que permita aos gestores conhecer os resultados alcançados e melhorar as ações futuras; a realização de monitoramento pelas pastas setoriais a respeito das ações sob sua responsabilidade, em especial, no tocante a identificação de distorções entre o planejado e o executado e a adoção de medidas corretivas; a existência e utilização de sistemas informatizados para acompanhamento e monitoramento das ações. (1, 2, 3)</td><td><ul style="list-style-type: none"><li>• Exame/análise documental</li><li>• Requisição formal de documentos</li></ul></td><td>Ausência de respostas no tempo estipulado.</td></tr></table></td></tr></table>	Critério	Informações requeridas	Fontes	Procedimentos	2.4.1 a) As pastas setoriais devem monitorar suas ações com finalidade de acompanhar o desempenho da política, promovendo os ajustes necessários e considerando-os na priorização da destinação dos recursos orçamentários. b) Utilização de recursos tecnológicos para auxiliar na execução, no acompanhamento e monitoramento das ações.	1. a) sistemática de monitoramento e avaliação da política pública e demais ações desenvolvidas pelos órgãos, de forma a controlar os resultados esperados; 2. b) documentos comprobatórios referente à realização de monitoramento das ações pela pasta setorial responsável; 3. c) sistemas utilizados para acompanhamento e monitoramento das ações.	<ul style="list-style-type: none"><li>• Casa Civil (1, 2, 3)</li><li>• SECTI (1, 2, 3)</li><li>• SEDET (1, 2, 3)</li><li>• SEE (1, 2, 3)</li><li>• SEMP (1, 2, 3)</li><li>• SMDF (1, 2, 3)</li></ul>	<table><tr><th>Descrição dos Procedimentos</th><th>Técnica</th><th>Limitação</th></tr><tr><td>2.4.1.1 a) envio de Nota de auditoria à SMDF, SEE, SECTI, SEMP e Sedet solicitando as informações dos itens "a" e "b" e análise das informações recebidas com vistas a verificar a adequação da sistemática de monitoramento e avaliação, de modo que permita aos gestores conhecer os resultados alcançados e melhorar as ações futuras; a realização de monitoramento pelas pastas setoriais a respeito das ações sob sua responsabilidade, em especial, no tocante a identificação de distorções entre o planejado e o executado e a adoção de medidas corretivas; a existência e utilização de sistemas informatizados para acompanhamento e monitoramento das ações. (1, 2, 3)</td><td><ul style="list-style-type: none"><li>• Exame/análise documental</li><li>• Requisição formal de documentos</li></ul></td><td>Ausência de respostas no tempo estipulado.</td></tr></table>	Descrição dos Procedimentos	Técnica	Limitação	2.4.1.1 a) envio de Nota de auditoria à SMDF, SEE, SECTI, SEMP e Sedet solicitando as informações dos itens "a" e "b" e análise das informações recebidas com vistas a verificar a adequação da sistemática de monitoramento e avaliação, de modo que permita aos gestores conhecer os resultados alcançados e melhorar as ações futuras; a realização de monitoramento pelas pastas setoriais a respeito das ações sob sua responsabilidade, em especial, no tocante a identificação de distorções entre o planejado e o executado e a adoção de medidas corretivas; a existência e utilização de sistemas informatizados para acompanhamento e monitoramento das ações. (1, 2, 3)	<ul style="list-style-type: none"><li>• Exame/análise documental</li><li>• Requisição formal de documentos</li></ul>	Ausência de respostas no tempo estipulado.	- Cibele De Oliveira Lemos - Fabrício Bianco Abreu - Larissa Vieira Silva - Marcelo Magalhães Silva De Sousa	10												
Critério	Informações requeridas	Fontes	Procedimentos																											
2.4.1 a) As pastas setoriais devem monitorar suas ações com finalidade de acompanhar o desempenho da política, promovendo os ajustes necessários e considerando-os na priorização da destinação dos recursos orçamentários. b) Utilização de recursos tecnológicos para auxiliar na execução, no acompanhamento e monitoramento das ações.	1. a) sistemática de monitoramento e avaliação da política pública e demais ações desenvolvidas pelos órgãos, de forma a controlar os resultados esperados; 2. b) documentos comprobatórios referente à realização de monitoramento das ações pela pasta setorial responsável; 3. c) sistemas utilizados para acompanhamento e monitoramento das ações.	<ul style="list-style-type: none"><li>• Casa Civil (1, 2, 3)</li><li>• SECTI (1, 2, 3)</li><li>• SEDET (1, 2, 3)</li><li>• SEE (1, 2, 3)</li><li>• SEMP (1, 2, 3)</li><li>• SMDF (1, 2, 3)</li></ul>	<table><tr><th>Descrição dos Procedimentos</th><th>Técnica</th><th>Limitação</th></tr><tr><td>2.4.1.1 a) envio de Nota de auditoria à SMDF, SEE, SECTI, SEMP e Sedet solicitando as informações dos itens "a" e "b" e análise das informações recebidas com vistas a verificar a adequação da sistemática de monitoramento e avaliação, de modo que permita aos gestores conhecer os resultados alcançados e melhorar as ações futuras; a realização de monitoramento pelas pastas setoriais a respeito das ações sob sua responsabilidade, em especial, no tocante a identificação de distorções entre o planejado e o executado e a adoção de medidas corretivas; a existência e utilização de sistemas informatizados para acompanhamento e monitoramento das ações. (1, 2, 3)</td><td><ul style="list-style-type: none"><li>• Exame/análise documental</li><li>• Requisição formal de documentos</li></ul></td><td>Ausência de respostas no tempo estipulado.</td></tr></table>	Descrição dos Procedimentos	Técnica	Limitação	2.4.1.1 a) envio de Nota de auditoria à SMDF, SEE, SECTI, SEMP e Sedet solicitando as informações dos itens "a" e "b" e análise das informações recebidas com vistas a verificar a adequação da sistemática de monitoramento e avaliação, de modo que permita aos gestores conhecer os resultados alcançados e melhorar as ações futuras; a realização de monitoramento pelas pastas setoriais a respeito das ações sob sua responsabilidade, em especial, no tocante a identificação de distorções entre o planejado e o executado e a adoção de medidas corretivas; a existência e utilização de sistemas informatizados para acompanhamento e monitoramento das ações. (1, 2, 3)	<ul style="list-style-type: none"><li>• Exame/análise documental</li><li>• Requisição formal de documentos</li></ul>	Ausência de respostas no tempo estipulado.																					
Descrição dos Procedimentos	Técnica	Limitação																												
2.4.1.1 a) envio de Nota de auditoria à SMDF, SEE, SECTI, SEMP e Sedet solicitando as informações dos itens "a" e "b" e análise das informações recebidas com vistas a verificar a adequação da sistemática de monitoramento e avaliação, de modo que permita aos gestores conhecer os resultados alcançados e melhorar as ações futuras; a realização de monitoramento pelas pastas setoriais a respeito das ações sob sua responsabilidade, em especial, no tocante a identificação de distorções entre o planejado e o executado e a adoção de medidas corretivas; a existência e utilização de sistemas informatizados para acompanhamento e monitoramento das ações. (1, 2, 3)	<ul style="list-style-type: none"><li>• Exame/análise documental</li><li>• Requisição formal de documentos</li></ul>	Ausência de respostas no tempo estipulado.																												
2.5	Desempenho da Política Pública	<table><tr><th>Critério</th><th>Informações requeridas</th><th>Fontes</th><th>Procedimentos</th></tr><tr><td>2.5.1 A implementação da PP deve apresentar desempenho satisfatórios para a sociedade, mediante cumprimento das seguintes metas: a) ampliar o número de mulheres capacitadas nos programas específicos para mulheres e que ingressaram no mercado de trabalho formal ou passaram a empreender. (metas 1 a 6 do eixo1) b1) programas que contemplem a temática de gênero na política educacional do DF, bem como a ampliação do Programa “Maria da Penha Vai à Escola”. (metas 1 e 6 do eixo 2) b2) formação continuada dos profissionais da educação na temática relacionada à igualdade de gênero e prevenção à violência contra mulheres; (meta 2 do eixo 2) b3) existencia de ações específicas para promover a participação de mulheres na EJA, educação profissionalizante e superior; (metas 3 e 4 do eixo 2, exceto creche) b4) ampliação da oferta educacional em creches. (meta 3 do eixo 2)</td><td>1. Oferta de oficinas e de cursos presenciais e on-line no âmbito do Programa OPORTUNIDADE MULHER, visando a autonomia das mulheres do DF, com quantitativo de mulheres matriculadas e capacitadas em 2022 e 2023; 2. Oferta de oficinas e de cursos no Espaço Empreende Mais Mulher, destinado ao atendimento das mulheres em situação de vulnerabilidade, com quantitativo de mulheres matriculadas e capacitadas em 2022 e 2023; 3. EJAs com oferta educacional pela manhã, tarde e noite; 4. processo de matrículas em educação profissionalizante e evolução da quantidade de alunos matriculados, segregados por gênero; 5. relação de escolas contempladas no projeto Maria da Penha vai às escolas em 2022 e 2023; 6. quantidade discriminada por gênero dos alunos matriculados em cursos oferecidos por meio do PRONATEC em 2022 e 2023. 7. Evolução da oferta de educação infantil para crianças de 0 a 3 anos entre os anos de 2019 a 2023; 8. cursos oferecidos pela EAPE de 2021 a 2023 relacionados à igualdade de gênero e prevenção à violência contra mulheres. 9. ações educacionais voltadas especificamente para a promoção educacional das mulheres.</td><td><ul style="list-style-type: none"><li>• SMDF (1, 2, 9)</li><li>• SEE (3, 4, 5, 6, 7, 8, 9)</li></ul></td><td><table><tr><th>Descrição dos Procedimentos</th><th>Técnica</th><th>Limitação</th></tr><tr><td>2.5.1.1 avaliação do quantitativo de mulheres capacitadas entre 2021 e 2023 (comparação histórica dos dados) e a proporção daquelas que entraram no mercado de trabalho formal ou empreenderam. (1, 2)</td><td><ul style="list-style-type: none"><li>• Exame/análise documental</li><li>• Revisão analítica</li></ul></td><td>Ausência de respostas no tempo estipulado.</td></tr><tr><td>2.5.1.2 verificação da inclusão da temática de gênero nos Planos Políticos Pedagógicos disponíveis no site da SEE, incluindo ações em parceria com o Programa Maria da Penha vai à Escola. (5)</td><td><ul style="list-style-type: none"><li>• Exame/análise documental</li></ul></td><td>Ausência de respostas no tempo estipulado.</td></tr><tr><td>2.5.1.3 avaliação da quantidade de cursos oferecidos pela EAPE de 2021 a 2023 (comparação histórica dos dados) relacionados à igualdade de gênero e prevenção à violência comtra mulheres. (8)</td><td><ul style="list-style-type: none"><li>• Exame/análise documental</li><li>• Requisição formal de documentos</li></ul></td><td>Ausência de respostas no tempo estipulado.</td></tr><tr><td>2.5.1.4 catalogar as ações voltadas especificamente para a promoção educacional das mulheres (comparação histórica dos dados); (1, 2, 4, 6, 9)</td><td><ul style="list-style-type: none"><li>• Exame/análise documental</li><li>• Requisição formal de documentos</li></ul></td><td>Ausência de respostas no tempo estipulado.</td></tr><tr><td>2.5.1.5 avaliar a evolução da oferta educacional em creches de 2021 e 2023. (3, 7)</td><td><ul style="list-style-type: none"><li>• Exame/análise documental</li><li>• Revisão analítica</li></ul></td><td>Ausência de respostas no tempo estipulado.</td></tr></table></td></tr></table>	Critério	Informações requeridas	Fontes	Procedimentos	2.5.1 A implementação da PP deve apresentar desempenho satisfatórios para a sociedade, mediante cumprimento das seguintes metas: a) ampliar o número de mulheres capacitadas nos programas específicos para mulheres e que ingressaram no mercado de trabalho formal ou passaram a empreender. (metas 1 a 6 do eixo1) b1) programas que contemplem a temática de gênero na política educacional do DF, bem como a ampliação do Programa “Maria da Penha Vai à Escola”. (metas 1 e 6 do eixo 2) b2) formação continuada dos profissionais da educação na temática relacionada à igualdade de gênero e prevenção à violência contra mulheres; (meta 2 do eixo 2) b3) existencia de ações específicas para promover a participação de mulheres na EJA, educação profissionalizante e superior; (metas 3 e 4 do eixo 2, exceto creche) b4) ampliação da oferta educacional em creches. (meta 3 do eixo 2)	1. Oferta de oficinas e de cursos presenciais e on-line no âmbito do Programa OPORTUNIDADE MULHER, visando a autonomia das mulheres do DF, com quantitativo de mulheres matriculadas e capacitadas em 2022 e 2023; 2. Oferta de oficinas e de cursos no Espaço Empreende Mais Mulher, destinado ao atendimento das mulheres em situação de vulnerabilidade, com quantitativo de mulheres matriculadas e capacitadas em 2022 e 2023; 3. EJAs com oferta educacional pela manhã, tarde e noite; 4. processo de matrículas em educação profissionalizante e evolução da quantidade de alunos matriculados, segregados por gênero; 5. relação de escolas contempladas no projeto Maria da Penha vai às escolas em 2022 e 2023; 6. quantidade discriminada por gênero dos alunos matriculados em cursos oferecidos por meio do PRONATEC em 2022 e 2023. 7. Evolução da oferta de educação infantil para crianças de 0 a 3 anos entre os anos de 2019 a 2023; 8. cursos oferecidos pela EAPE de 2021 a 2023 relacionados à igualdade de gênero e prevenção à violência contra mulheres. 9. ações educacionais voltadas especificamente para a promoção educacional das mulheres.	<ul style="list-style-type: none"><li>• SMDF (1, 2, 9)</li><li>• SEE (3, 4, 5, 6, 7, 8, 9)</li></ul>	<table><tr><th>Descrição dos Procedimentos</th><th>Técnica</th><th>Limitação</th></tr><tr><td>2.5.1.1 avaliação do quantitativo de mulheres capacitadas entre 2021 e 2023 (comparação histórica dos dados) e a proporção daquelas que entraram no mercado de trabalho formal ou empreenderam. (1, 2)</td><td><ul style="list-style-type: none"><li>• Exame/análise documental</li><li>• Revisão analítica</li></ul></td><td>Ausência de respostas no tempo estipulado.</td></tr><tr><td>2.5.1.2 verificação da inclusão da temática de gênero nos Planos Políticos Pedagógicos disponíveis no site da SEE, incluindo ações em parceria com o Programa Maria da Penha vai à Escola. (5)</td><td><ul style="list-style-type: none"><li>• Exame/análise documental</li></ul></td><td>Ausência de respostas no tempo estipulado.</td></tr><tr><td>2.5.1.3 avaliação da quantidade de cursos oferecidos pela EAPE de 2021 a 2023 (comparação histórica dos dados) relacionados à igualdade de gênero e prevenção à violência comtra mulheres. (8)</td><td><ul style="list-style-type: none"><li>• Exame/análise documental</li><li>• Requisição formal de documentos</li></ul></td><td>Ausência de respostas no tempo estipulado.</td></tr><tr><td>2.5.1.4 catalogar as ações voltadas especificamente para a promoção educacional das mulheres (comparação histórica dos dados); (1, 2, 4, 6, 9)</td><td><ul style="list-style-type: none"><li>• Exame/análise documental</li><li>• Requisição formal de documentos</li></ul></td><td>Ausência de respostas no tempo estipulado.</td></tr><tr><td>2.5.1.5 avaliar a evolução da oferta educacional em creches de 2021 e 2023. (3, 7)</td><td><ul style="list-style-type: none"><li>• Exame/análise documental</li><li>• Revisão analítica</li></ul></td><td>Ausência de respostas no tempo estipulado.</td></tr></table>	Descrição dos Procedimentos	Técnica	Limitação	2.5.1.1 avaliação do quantitativo de mulheres capacitadas entre 2021 e 2023 (comparação histórica dos dados) e a proporção daquelas que entraram no mercado de trabalho formal ou empreenderam. (1, 2)	<ul style="list-style-type: none"><li>• Exame/análise documental</li><li>• Revisão analítica</li></ul>	Ausência de respostas no tempo estipulado.	2.5.1.2 verificação da inclusão da temática de gênero nos Planos Políticos Pedagógicos disponíveis no site da SEE, incluindo ações em parceria com o Programa Maria da Penha vai à Escola. (5)	<ul style="list-style-type: none"><li>• Exame/análise documental</li></ul>	Ausência de respostas no tempo estipulado.	2.5.1.3 avaliação da quantidade de cursos oferecidos pela EAPE de 2021 a 2023 (comparação histórica dos dados) relacionados à igualdade de gênero e prevenção à violência comtra mulheres. (8)	<ul style="list-style-type: none"><li>• Exame/análise documental</li><li>• Requisição formal de documentos</li></ul>	Ausência de respostas no tempo estipulado.	2.5.1.4 catalogar as ações voltadas especificamente para a promoção educacional das mulheres (comparação histórica dos dados); (1, 2, 4, 6, 9)	<ul style="list-style-type: none"><li>• Exame/análise documental</li><li>• Requisição formal de documentos</li></ul>	Ausência de respostas no tempo estipulado.	2.5.1.5 avaliar a evolução da oferta educacional em creches de 2021 e 2023. (3, 7)	<ul style="list-style-type: none"><li>• Exame/análise documental</li><li>• Revisão analítica</li></ul>	Ausência de respostas no tempo estipulado.	- Cibele De Oliveira Lemos - Fabrício Bianco Abreu - Larissa Vieira Silva - Marcelo Magalhães Silva De Sousa	10
Critério	Informações requeridas	Fontes	Procedimentos																											
2.5.1 A implementação da PP deve apresentar desempenho satisfatórios para a sociedade, mediante cumprimento das seguintes metas: a) ampliar o número de mulheres capacitadas nos programas específicos para mulheres e que ingressaram no mercado de trabalho formal ou passaram a empreender. (metas 1 a 6 do eixo1) b1) programas que contemplem a temática de gênero na política educacional do DF, bem como a ampliação do Programa “Maria da Penha Vai à Escola”. (metas 1 e 6 do eixo 2) b2) formação continuada dos profissionais da educação na temática relacionada à igualdade de gênero e prevenção à violência contra mulheres; (meta 2 do eixo 2) b3) existencia de ações específicas para promover a participação de mulheres na EJA, educação profissionalizante e superior; (metas 3 e 4 do eixo 2, exceto creche) b4) ampliação da oferta educacional em creches. (meta 3 do eixo 2)	1. Oferta de oficinas e de cursos presenciais e on-line no âmbito do Programa OPORTUNIDADE MULHER, visando a autonomia das mulheres do DF, com quantitativo de mulheres matriculadas e capacitadas em 2022 e 2023; 2. Oferta de oficinas e de cursos no Espaço Empreende Mais Mulher, destinado ao atendimento das mulheres em situação de vulnerabilidade, com quantitativo de mulheres matriculadas e capacitadas em 2022 e 2023; 3. EJAs com oferta educacional pela manhã, tarde e noite; 4. processo de matrículas em educação profissionalizante e evolução da quantidade de alunos matriculados, segregados por gênero; 5. relação de escolas contempladas no projeto Maria da Penha vai às escolas em 2022 e 2023; 6. quantidade discriminada por gênero dos alunos matriculados em cursos oferecidos por meio do PRONATEC em 2022 e 2023. 7. Evolução da oferta de educação infantil para crianças de 0 a 3 anos entre os anos de 2019 a 2023; 8. cursos oferecidos pela EAPE de 2021 a 2023 relacionados à igualdade de gênero e prevenção à violência contra mulheres. 9. ações educacionais voltadas especificamente para a promoção educacional das mulheres.	<ul style="list-style-type: none"><li>• SMDF (1, 2, 9)</li><li>• SEE (3, 4, 5, 6, 7, 8, 9)</li></ul>	<table><tr><th>Descrição dos Procedimentos</th><th>Técnica</th><th>Limitação</th></tr><tr><td>2.5.1.1 avaliação do quantitativo de mulheres capacitadas entre 2021 e 2023 (comparação histórica dos dados) e a proporção daquelas que entraram no mercado de trabalho formal ou empreenderam. (1, 2)</td><td><ul style="list-style-type: none"><li>• Exame/análise documental</li><li>• Revisão analítica</li></ul></td><td>Ausência de respostas no tempo estipulado.</td></tr><tr><td>2.5.1.2 verificação da inclusão da temática de gênero nos Planos Políticos Pedagógicos disponíveis no site da SEE, incluindo ações em parceria com o Programa Maria da Penha vai à Escola. (5)</td><td><ul style="list-style-type: none"><li>• Exame/análise documental</li></ul></td><td>Ausência de respostas no tempo estipulado.</td></tr><tr><td>2.5.1.3 avaliação da quantidade de cursos oferecidos pela EAPE de 2021 a 2023 (comparação histórica dos dados) relacionados à igualdade de gênero e prevenção à violência comtra mulheres. (8)</td><td><ul style="list-style-type: none"><li>• Exame/análise documental</li><li>• Requisição formal de documentos</li></ul></td><td>Ausência de respostas no tempo estipulado.</td></tr><tr><td>2.5.1.4 catalogar as ações voltadas especificamente para a promoção educacional das mulheres (comparação histórica dos dados); (1, 2, 4, 6, 9)</td><td><ul style="list-style-type: none"><li>• Exame/análise documental</li><li>• Requisição formal de documentos</li></ul></td><td>Ausência de respostas no tempo estipulado.</td></tr><tr><td>2.5.1.5 avaliar a evolução da oferta educacional em creches de 2021 e 2023. (3, 7)</td><td><ul style="list-style-type: none"><li>• Exame/análise documental</li><li>• Revisão analítica</li></ul></td><td>Ausência de respostas no tempo estipulado.</td></tr></table>	Descrição dos Procedimentos	Técnica	Limitação	2.5.1.1 avaliação do quantitativo de mulheres capacitadas entre 2021 e 2023 (comparação histórica dos dados) e a proporção daquelas que entraram no mercado de trabalho formal ou empreenderam. (1, 2)	<ul style="list-style-type: none"><li>• Exame/análise documental</li><li>• Revisão analítica</li></ul>	Ausência de respostas no tempo estipulado.	2.5.1.2 verificação da inclusão da temática de gênero nos Planos Políticos Pedagógicos disponíveis no site da SEE, incluindo ações em parceria com o Programa Maria da Penha vai à Escola. (5)	<ul style="list-style-type: none"><li>• Exame/análise documental</li></ul>	Ausência de respostas no tempo estipulado.	2.5.1.3 avaliação da quantidade de cursos oferecidos pela EAPE de 2021 a 2023 (comparação histórica dos dados) relacionados à igualdade de gênero e prevenção à violência comtra mulheres. (8)	<ul style="list-style-type: none"><li>• Exame/análise documental</li><li>• Requisição formal de documentos</li></ul>	Ausência de respostas no tempo estipulado.	2.5.1.4 catalogar as ações voltadas especificamente para a promoção educacional das mulheres (comparação histórica dos dados); (1, 2, 4, 6, 9)	<ul style="list-style-type: none"><li>• Exame/análise documental</li><li>• Requisição formal de documentos</li></ul>	Ausência de respostas no tempo estipulado.	2.5.1.5 avaliar a evolução da oferta educacional em creches de 2021 e 2023. (3, 7)	<ul style="list-style-type: none"><li>• Exame/análise documental</li><li>• Revisão analítica</li></ul>	Ausência de respostas no tempo estipulado.									
Descrição dos Procedimentos	Técnica	Limitação																												
2.5.1.1 avaliação do quantitativo de mulheres capacitadas entre 2021 e 2023 (comparação histórica dos dados) e a proporção daquelas que entraram no mercado de trabalho formal ou empreenderam. (1, 2)	<ul style="list-style-type: none"><li>• Exame/análise documental</li><li>• Revisão analítica</li></ul>	Ausência de respostas no tempo estipulado.																												
2.5.1.2 verificação da inclusão da temática de gênero nos Planos Políticos Pedagógicos disponíveis no site da SEE, incluindo ações em parceria com o Programa Maria da Penha vai à Escola. (5)	<ul style="list-style-type: none"><li>• Exame/análise documental</li></ul>	Ausência de respostas no tempo estipulado.																												
2.5.1.3 avaliação da quantidade de cursos oferecidos pela EAPE de 2021 a 2023 (comparação histórica dos dados) relacionados à igualdade de gênero e prevenção à violência comtra mulheres. (8)	<ul style="list-style-type: none"><li>• Exame/análise documental</li><li>• Requisição formal de documentos</li></ul>	Ausência de respostas no tempo estipulado.																												
2.5.1.4 catalogar as ações voltadas especificamente para a promoção educacional das mulheres (comparação histórica dos dados); (1, 2, 4, 6, 9)	<ul style="list-style-type: none"><li>• Exame/análise documental</li><li>• Requisição formal de documentos</li></ul>	Ausência de respostas no tempo estipulado.																												
2.5.1.5 avaliar a evolução da oferta educacional em creches de 2021 e 2023. (3, 7)	<ul style="list-style-type: none"><li>• Exame/análise documental</li><li>• Revisão analítica</li></ul>	Ausência de respostas no tempo estipulado.																												

Ref	Itens de Verificação	Detalhamento						Encarregado(s)	Dias úteis
3.1	Acesso do público-alvo aos projetos executados.	Critério	Informações requeridas	Fontes	Procedimentos			- Cibele De Oliveira Lemos - Fabrício Bianco Abreu - Larissa Vieira Silva - Marcelo Magalhães Silva De Sousa	20
					Descrição dos Procedimentos	Técnica	Limitação		
		3.1.1 Público-alvo conhece as ações disponíveis no II PDPM e sabe como proceder para acessar os serviços.	1. estratégias previstas e implementadas com vistas a divulgar e informar a sociedade sobre o Plano e suas ações. 2. ações implementadas com vistas a divulgar e informar a sociedade sobre os programas da SMDF 3. percepção/conhecimento da população sobre o Plano e forma de acesso e disponibilização de serviços.	• SMDF (1, 2) • População feminina em geral (3)	3.1.1.1 entrevistas em pontos estratégicos da cidade com mulheres para verificar o conhecimento a respeito do II PDPM e das ações relacionadas às temáticas "trabalho" e "educação", com o objetivo de verificar se o público-alvo conhece as ações do Plano, sabe onde encontrá-las e como acessá-las. (3)	• Amostragem (Seleção de Amostra) • Entrevista	Maior esforço para fazer afirmações sobre extratos específicos.		
					3.1.1.2 análise das informações encaminhadas sobre as estratégias e ações de divulgação do Plano. (1, 2)	• Exame/análise documental • Requisição formal de documentos	Ausência de respostas no tempo estipulado.		
		3.1.2 As ações previstas no PDPM devem contribuir para a melhoria de fatores tais como empregabilidade, empoderamento feminino, autoestima e outras externalidades.	1. relação e contato das mulheres que foram beneficiadas pelas ações do eixo 1 do II PDPM; 2. informações da Secretaria acerca do acompanhamento das mulheres participantes da política. 3. percepção das mulheres acerca do benefício das ações realizadas referentes ao eixo 1 do II PDPM.	• SMDF (1, 2) • População feminina capacitada (3)	Descrição dos Procedimentos	Técnica	Limitação		
					3.1.2.1 enviar nota de auditoria à SMDF e à Sedet solicitando informações de contato de mulheres que realizaram curso de capacitação. (1)	• Requisição formal de documentos			
					3.1.2.2 cálculo da quantidade de pessoas a ser entrevistada; (2)	• Amostragem (Seleção de Amostra)			
					3.1.2.3 entrevista por meio telefônico de mulheres que foram beneficiadas por ações do PDPM, com o objetivo de verificar a existência de externalidades positivas após passarem pelas ações. (3)	• Entrevista	Ineficiência do contato telefônico.		
					3.1.2.4 elaboração de questionário para a entrevista. (2, 3)	• Questionário			

Data de Elaboração: 18/07/2023 16:46:17 / Elaborado por: Cibele De Oliveira Lemos (Coordenador), Larissa Vieira Silva, Marcelo Magalhães Silva De Sousa, Fabrício Bianco Abreu / Supervisor: Diogo Dos Santos Coelho